



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



YURE ALVES DA SILVA

**UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS POLICIAIS SOBRE O USO DE AGENTES
QUÍMICOS NA CONTENÇÃO DE CONFLITOS**

GOIÂNIA-GO

2024

YURE ALVES DA SILVA

**UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS POLICIAIS SOBRE O USO DE AGENTES
QUÍMICOS NA CONTENÇÃO DE CONFLITOS**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Professor Tenente Coronel Wolney Ferreira da Silva

GOIÂNIA-GO

2024

UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS POLICIAIS SOBRE O USO DE AGENTES QUÍMICOS NA CONTENÇÃO DE CONFLITOS

AN ANALYSIS OF POLICE OFFICERS' PERCEPTIONS ABOUT THE USE OF CHEMICAL AGENTS IN CONFLICT CONTENTION

Yure Alves da Silva¹
Wolney Ferreira da Silva²

Resumo

A formação e o treinamento dos policiais desempenham um papel fundamental na configuração de suas atitudes e comportamentos em situações de conflito. O emprego de agentes químicos na contenção de conflitos representa uma prática complexa e multifacetada que envolve questões éticas, operacionais e sociais. Diante desse contexto, o estudo tem como objetivo investigar as percepções e conhecimentos dos policiais em formação sobre o uso de agentes químicos na contenção de conflitos. Utilizando um questionário eletrônico, foram coletadas respostas de 28 policiais em formação na Academia da Polícia Militar de Goiás. Os resultados revelaram uma variação significativa no nível de conhecimento dos participantes sobre os diferentes tipos de agentes químicos, destacando a necessidade de revisão e aprimoramento nos programas de formação. Além disso, a diversidade de opiniões em relação à eficácia do treinamento recebido e à confiança na capacidade das forças de segurança em utilizar agentes químicos de maneira responsável ressalta a complexidade e os desafios associados ao uso desses instrumentos. Os participantes também enfatizaram a importância do conhecimento das propriedades específicas dos agentes químicos e da comunicação transparente das autoridades sobre seu uso. Em conclusão, este estudo destaca a necessidade contínua de treinamento especializado, comunicação eficaz e regulamentação clara para garantir uma atuação ética, legal e eficaz no contexto da segurança pública.

Palavras-chave: Agentes Químicos. Polícia Militar. Segurança Pública. Treinamento.

Abstract

The training and formation of police officers play a fundamental role in shaping their attitudes and behaviors in conflict situations. The use of chemical agents in conflict containment represents a complex and multifaceted practice involving ethical, operational, and social issues. Given this context, the study aims to investigate the perceptions and knowledge of police trainees regarding the use of chemical agents in conflict containment. Using an electronic questionnaire, responses were collected from 28 police trainees at the Military Police Academy of Goiás. The results revealed a significant variation in the participants' level of knowledge about different types of chemical agents, highlighting the need for revision and improvement in training programs. Additionally, the diversity of opinions regarding the effectiveness of the received training and confidence in the security forces' ability to use chemical agents responsibly underscores the complexity and challenges associated with the use of these instruments. Participants also emphasized the importance of knowledge about the

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças. 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: yurealves147@gmail.com. Telefone: (6)991891241.

² Tenente Coronel da Polícia Militar de Goiás. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em Direito e Especialista em Gestão organizacional, Ciências jurídicas e altos estudos em segurança pública Email: Wolneyf@hotmail.com. Telefone: (62)984096771.

specific properties of chemical agents and transparent communication from authorities regarding their use. In conclusion, this study underscores the ongoing need for specialized training, effective communication, and clear regulation to ensure ethical, legal, and effective performance in the context of public security.

Keywords: Chemical Agents, Military Police, Public Security, Training.

1 INTRODUÇÃO

Em um cenário onde as forças de segurança são constantemente desafiadas a equilibrar a eficácia das intervenções com a preservação dos direitos individuais e a manutenção da confiança da comunidade, a análise da percepção dos policiais sobre o uso desses agentes torna-se essencial. No contexto atual, onde incidentes envolvendo o uso de agentes químicos ganham destaque na esfera pública e são frequentemente debatidos em diversos segmentos da sociedade, é fundamental compreender como os profissionais encarregados da aplicação dessas técnicas percebem e lidam com essas práticas.

O emprego de agentes químicos na contenção de conflitos representa uma prática complexa e multifacetada que envolve questões éticas, operacionais e sociais. A formação e o treinamento dos policiais desempenham um papel fundamental na configuração de suas atitudes e comportamentos em situações de conflito. Portanto, é imperativo analisar a adequação e eficácia desses programas de capacitação, identificando lacunas de conhecimento e oportunidades de aprimoramento.

A justificativa para escolha do tema está na necessidade de proporcionar uma compreensão aprofundada da perspectiva dos policiais sobre o uso de agentes químicos, fornecendo informações que possam informar políticas, práticas e treinamentos mais alinhados com os princípios éticos, legais e operacionais. Além disso, a análise das preocupações, receios e impactos na relação com a comunidade contribuirá para a construção de um ambiente de segurança mais transparente, confiável e socialmente responsável.

Dessa forma, esta pesquisa tem a intenção de preencher uma lacuna no conhecimento, oferecendo subsídios para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes, éticas e socialmente responsáveis no uso de agentes químicos por parte das forças de segurança, promovendo, assim, uma abordagem mais integrada e equilibrada no enfrentamento de conflitos.

A pesquisa busca responder a duas perguntas fundamentais no contexto do uso de agentes químicos por policiais: Qual é a eficácia do treinamento recebido pelos policiais no

emprego desses agentes? Como os profissionais percebem e lidam com os receios e preocupações relacionados ao uso desses instrumentos, e como isso impacta sua relação com a comunidade? Ao abordar essas questões, a pesquisa não apenas busca compreender as perspectivas dos profissionais, mas também visa identificar áreas específicas que requerem aprimoramento tanto na formação quanto nas práticas operacionais.

O objetivo geral desta pesquisa é avaliar a percepção dos policiais em relação ao uso de agentes químicos na contenção de conflitos. A intenção é compreender os elementos que exercem influência sobre suas atitudes, decisões e práticas em relação a esses instrumentos. O propósito final é contribuir para o aprimoramento de políticas, treinamentos e práticas operacionais no campo da segurança pública.

O projeto teve início com uma fase inicial de preparação e revisão bibliográfica. A revisão da literatura abordou tanto o uso de agentes químicos quanto as percepções dos profissionais de segurança, fornecendo uma base sólida para a formulação dos instrumentos de pesquisa. A segunda etapa envolveu o desenvolvimento do questionário que foi conduzido junto a policiais em formação na Academia da Polícia Militar de Goiás. A interpretação dos resultados se deu através de uma análise integrada, considerando tanto os aspectos qualitativos quanto quantitativos. As descobertas foram discutidas à luz da literatura existente, proporcionando uma compreensão mais profunda das implicações práticas e teóricas dos resultados.

2 REVISÃO TEÓRICA

No cumprimento da missão de proteger a sociedade, a Polícia Militar desempenha um papel imprescindível. O militar estadual, atuando como garantidor, deve estar devidamente preparado e capacitado para agir em conformidade com os princípios legais que regem o uso da força policial (Santos; Correia, 2022). Nesse contexto, Siloto (2021) aponta que a utilização de instrumentos de menor potencial ofensivo pela Polícia Militar emerge como uma ferramenta indispensável, sendo considerada a abordagem mais adequada para lidar com as diversas demandas e reduzir os riscos de óbitos e lesões permanentes em indivíduos que perturbam a ordem pública.

Nesse sentido, é importante entender que a sociedade e as leis impõem a expectativa de que o militar estadual esteja apto, especializado e capacitado para atender a qualquer demanda que lhe seja atribuída. Há uma crescente exigência de que as ações e operações

policiais sigam princípios de atuação técnica e especializada, alinhadas à doutrina de uso seletivo e diferenciado da força (Torres, 2020).

Embora os cursos de formação submetam os policiais a treinamentos intensivos e simulações de situações que se assemelham a ocorrências reais, é reconhecido que o treinamento, por mais eficaz que seja, nunca reproduzirá exatamente as complexidades das ocorrências reais, influenciadas por diversos fatores. Além das leis gerais, os policiais precisam aderir a princípios, doutrinas e procedimentos específicos que regem a atuação policial, pois existem situações pontuais e específicas que não podem ser regulamentadas pelo legislador federal (Moraes, 2019).

Diante desse cenário, Moraes (2019) ressalta que as polícias militares têm adotado cada vez mais manuais, procedimentos operacionais padrão, diretrizes e portarias para padronizar e orientar a atuação policial, considerando o tipo e nível de ocorrência. Destaca-se, nesse contexto, a doutrina de uso diferenciado da força, que é fundamental para o atendimento de ocorrências policiais comuns. O crescente aumento da violência na sociedade é motivo de preocupação, e enquanto o infrator muitas vezes desrespeita as leis, os agentes de segurança do Estado devem zelar pela ordem pública dentro dos limites legais estabelecidos pelo princípio da legalidade.

Durante a resposta a ocorrências, os policiais enfrentam dilemas éticos, destacando-se o desafio do uso da força, uma vez que pode resultar na perda de vidas, o bem mais valioso. Enquanto conduzem ações policiais, os profissionais deparam-se com situações que demandam reflexão, análise crítica e ação racional e ponderada. Um elemento importante nessas situações é a avaliação adequada do nível de força necessário para neutralizar uma ameaça específica, levando em consideração as possíveis implicações legais e técnicas no futuro (Araujo, 2019).

Para Amorim et al. (2015), esses desafios são agravados pelo curto intervalo entre a tomada de decisão e a ação, bem como pelo ambiente desafiador em que os profissionais operam. O policial muitas vezes não dispõe do tempo necessário para uma avaliação completa, o que pode resultar em lesões ou mortes indesejadas, tanto para o agente de segurança quanto para terceiros.

Santos e Correia (2022) complementa que além das leis aplicáveis a todos os cidadãos, os policiais devem aderir a princípios, doutrinas e procedimentos específicos que regulam sua profissão e atuação. Nesse sentido, as Polícias Militares têm adotado manuais técnicos, procedimentos operacionais padrão, diretrizes e portarias para orientar e padronizar

a atuação policial em diferentes tipos de ocorrências, priorizando a segurança de todos os envolvidos.

Conforme Siloto (2021), o conceito de uso diferenciado da força refere-se à determinação, regulação e disciplina do dever legal do uso da força atribuído ao Estado por meio da força policial. Envolve uma avaliação prévia do policial em relação ao indivíduo suspeito ou infrator, seguida pela seleção apropriada de opções de força em resposta ao nível de submissão desse indivíduo. Existem vários modelos de uso diferenciado da força em todo o mundo, e no Brasil, o modelo mais comum é o FLETC adaptado, baseado em uma pirâmide com cinco níveis, que orienta a resposta do policial com base na atitude do cidadão abordado. Em situações de resistência passiva, por exemplo, o policial utiliza o controle de contato, aplicando técnicas de imobilização ou pontos de pressão para garantir a submissão do indivíduo abordado.

A Lei nº 13.060/2014, que regula o uso de instrumentos de menor potencial ofensivo por agentes de segurança pública, define esses instrumentos no artigo 4º como projetados especificamente para conter, debilitar ou temporariamente incapacitar pessoas, com baixa probabilidade de causar mortes ou lesões permanentes. O artigo 5º da mesma legislação estabelece o dever do poder público de fornecer a todos os agentes de segurança pública instrumentos de menor potencial ofensivo para o uso racional da força, porém, não aborda os requisitos para a capacitação e habilitação de seu uso (Siloto, 2021).

É relevante salientar que, conforme Moraes (2019), ao referir-se aos Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo (IMPO), não se sugere que esses instrumentos sejam isentos de potencial letal. Portanto, o foco está nos resultados almejados, não necessariamente nos alcançados, ao empregar tais instrumentos. Destaca-se a necessidade de utilização correta de tecnologias com menor ofensividade, pois, mesmo sendo classificadas como "não-letais", o mau uso, em desacordo com dispositivos legais e recomendações do fabricante, por um agente não qualificado, pode resultar em óbito ou lesões permanentes ao indivíduo. Por conseguinte, a habilitação plena e a capacitação contínua do Militar Estadual para o uso desses IMPO são justificadas, assegurando que os resultados esperados sejam alcançados de maneira apropriada.

De acordo com Araujo (2019), os agentes químicos, também conhecidos como agentes de controle de distúrbio, representam uma das tecnologias menos letais amplamente utilizadas na atuação policial contemporânea. Um exemplo desses irritantes químicos são os agentes lacrimogêneos, que causam irritação, dor e lacrimejamento nos olhos, com efeitos temporários, podendo, em níveis elevados de exposição, ocasionar vômitos, vertigens e

desmaios. Os agentes químicos são frequentemente identificados por abreviações de seus longos nomes químicos, como CN (Cloroacetofenona), CS (Ortochlorobenzilmalononitrilo) e CM ou OC (Oleoresina Capsaicina). Entre esses, o gás CS, conhecido como "gás lacrimogêneo", e o OC, também chamado de "spray de pimenta", destacam-se como os mais utilizados pelas forças policiais.

A Portaria nº 387/2006, modificada em 2008, apresenta diversas opções de armas e munições não letais, incluindo pulverizadores de agentes químicos (gás lacrimogêneo e spray de pimenta), armas de choque elétrico, granadas lacrimogêneas e fumígenas, munições calibre 12 lacrimogêneas e fumígenas, e munições calibre 12 com balas de borracha ou plástico (Torres, 2020).

Esses dispositivos têm aplicações específicas. Amorim et al. (2015) explica que os pulverizadores de agentes químicos foram concebidos para autodefesa e controle de distúrbios de pequena escala, mas seu uso em espaços confinados é desaconselhado. As armas de choque elétrico, conhecidas como "Tasers", têm a capacidade de temporariamente paralisar o corpo com uma descarga elétrica de até 50.000 volts. As granadas manuais fumígenas lacrimogêneas e de sinalização emitem densas nuvens de fumaça, sem explosivos, enquanto as munições de elastômero buscam restringir fisicamente o agressor.

Além desses dispositivos, existem outras variedades de armas não letais, como o laser atordoante, feixe de energia direcionada, lançadores de "bean bag", sistemas pepperball e sistemas acústicos. O spray de pimenta, também conhecido como "OC", contém Capsaicina, uma oleorresina presente em pimentas do gênero *Capsicum*. Esse composto complexo possui aproximadamente 100 diferentes compostos, cuja composição varia de acordo com fatores como maturação da pimenta e condições de extração. A Capsaicina é misturada com óleo para dificultar sua remoção com água (Amorim et al., 2015).

Outro componente é a vanililamida de ácido pelargônico (PAVA), também conhecida como nonivamida. Trata-se de um capsaicinóide produzido sinteticamente, mais estável ao calor que a capsaicina, e é utilizado como aditivo alimentar para adicionar ardor a condimentos. O gás lacrimogêneo é composto por cerca de 15 substâncias químicas usadas para dispersar pessoas, sendo os mais comuns o CS, CN, CR e 2-bromo-2-fenilacetoneitrila. O CS é o mais antigo e amplamente utilizado, desenvolvido em 1928, com o nome referente às iniciais dos químicos que o formularam. O CN é mais lesivo e permanece mais tempo no ar, sendo disperso por granadas fumígenas através de sublimação. É essencial usá-las em ambiente aberto e considerar a direção do vento para evitar a contaminação do operador (Amorim et al., 2015).

Moraes (2019) esclarece que o policial deve estar devidamente treinado e preparado para empregar a força em conformidade com os princípios essenciais para seu uso. A autorização legal não é suficiente; é imperativo considerar as circunstâncias em que a força legal é utilizada como ferramenta na resolução de problemas. Ignorar esses princípios pode levar a um uso inadequado da força, sujeitando o policial a responsabilização por suas ações.

Esses equipamentos e substâncias não letais desempenham um papel indispensável na gestão de situações de conflito, proporcionando aos agentes de segurança opções para controlar distúrbios e garantir a segurança pública com menor risco de causar danos permanentes. No entanto, é imperativo ressaltar a responsabilidade e a necessidade de treinamento adequado por parte dos profissionais encarregados de utilizar esses instrumentos (Siloto, 2021).

Araujo (2019) assevera que a eficácia e a segurança desses dispositivos dependem não apenas da qualidade do equipamento, mas também da competência e discernimento dos agentes em sua aplicação. Portanto, a capacitação contínua, simulações realistas e avaliações periódicas são elementos relevantes para assegurar o uso apropriado dessas ferramentas não letais.

Torres (2020) complementa que é essencial que a legislação e regulamentação em torno do uso desses instrumentos sejam claras e abrangentes, estabelecendo diretrizes específicas para treinamento, emprego e responsabilização. Dessa forma, a sociedade pode confiar que esses recursos serão empregados de maneira ética, legal e proporcional, contribuindo para a preservação da ordem pública sem comprometer os direitos individuais.

Em um cenário de constante evolução e debate em torno do uso da força e dos instrumentos não letais, a integração de tecnologias mais avançadas e práticas baseadas em evidências científicas pode oferecer abordagens mais refinadas e eficazes. A busca por métodos inovadores e o aprimoramento contínuo das políticas e procedimentos são elementos essenciais para garantir a segurança tanto dos agentes quanto da comunidade em situações desafiadoras (Santos; Correia, 2022).

Assim, a consideração cuidadosa do contexto, o entendimento das peculiaridades de cada instrumento e a constante atualização das práticas de treinamento são fundamentais para assegurar o uso responsável e efetivo de armas e munições não letais no contexto da segurança pública.

3 METODOLOGIA

O projeto teve início com uma fase preparatória, durante a qual os pesquisadores se dedicaram à revisão bibliográfica para adquirir uma compreensão aprofundada do contexto. Essa revisão abordou tanto o uso de agentes químicos quanto as percepções dos profissionais de segurança, estabelecendo assim uma base sólida para a formulação dos instrumentos de pesquisa.

Uma vez concluída a revisão, a próxima etapa envolveu o desenvolvimento do questionário. Esse instrumento foi elaborado pelos pesquisadores e teve o objetivo de coletar informações relevantes sobre o uso de agentes químicos e as percepções dos profissionais de segurança. O questionário foi projetado para ser claro e abrangente, facilitando a obtenção de dados significativos.

A pesquisa foi conduzida através do Google Forms, uma plataforma online que permite a criação e distribuição de questionários. O pesquisador enviou o link do questionário por meio do WhatsApp aos policiais em formação na Academia da Polícia Militar de Goiás. Essa abordagem facilitou o acesso dos participantes à pesquisa e simplificou o processo de coleta de dados.

Após a conclusão da coleta de dados, os resultados foram analisados de maneira integrada, considerando tanto aspectos qualitativos quanto quantitativos. Essa análise proporcionou uma compreensão abrangente das descobertas.

Finalmente, as conclusões do estudo foram discutidas à luz da literatura existente no campo. Essa discussão buscou oferecer resultados aprofundados sobre as implicações práticas e teóricas dos resultados obtidos. Todo o processo, desde a revisão inicial até a análise e discussão dos dados, foi guiado pela busca de uma compreensão mais profunda do tema em estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

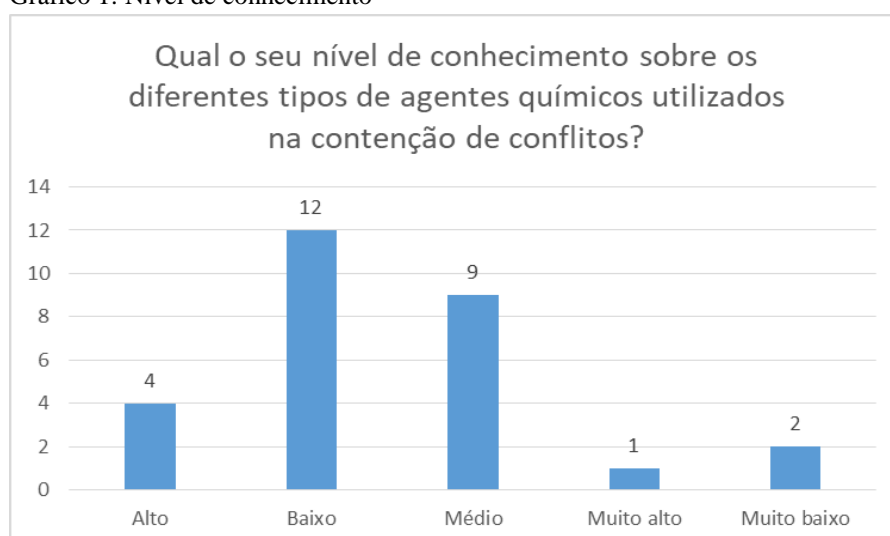
4.1 Resultados

Nesta seção, apresentaremos os resultados obtidos por meio da análise das respostas de uma amostra composta por 28 indivíduos, todos policiais em formação na Academia da Polícia Militar de Goiás. A coleta de dados foi conduzida por meio de um questionário

eletrônico elaborado para investigar a percepção desses profissionais sobre o uso de agentes químicos na contenção de conflitos.

A análise dos resultados revela uma variação significativa no nível de conhecimento dos policiais em formação sobre os diferentes tipos de agentes químicos utilizados na contenção de conflitos. A maioria dos participantes (12) indicou um nível de conhecimento baixo, enquanto 9 mencionaram um conhecimento médio. Quatro participantes consideraram seu conhecimento alto, e apenas um referiu um nível muito alto, enquanto dois participantes afirmaram ter um conhecimento muito baixo.

Gráfico 1: Nível de conhecimento



Fonte: O Autor (2024).

Ao relacionar esses resultados à revisão teórica realizada, é possível inferir que a lacuna de conhecimento observada entre os participantes pode estar relacionada à complexidade e à diversidade dos agentes químicos utilizados na contenção de conflitos. Santos e Correia (2022) enfatizam a importância da capacitação e formação adequadas, destacando que a sociedade e as leis impõem a expectativa de que o militar estadual esteja apto, especializado e capacitado para atender a qualquer demanda que lhe seja atribuída.

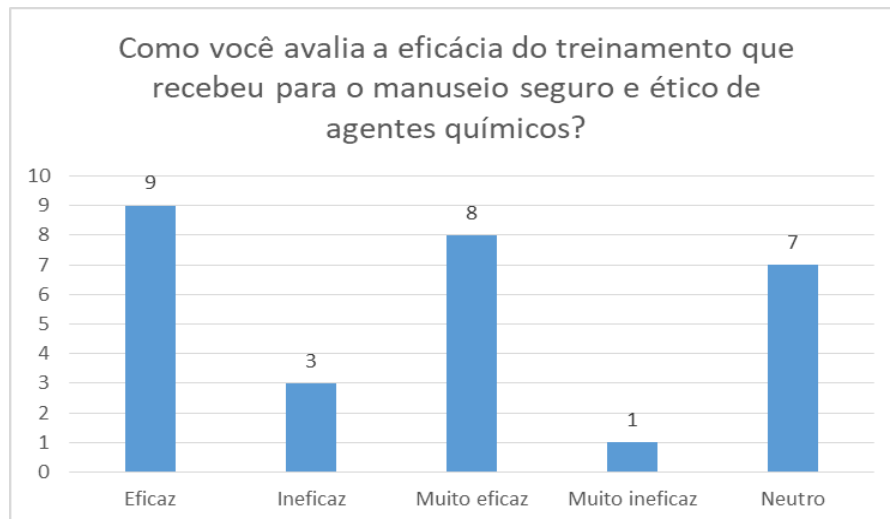
A constatação de que a maioria dos participantes avaliou seu conhecimento como baixo ou médio ressalta a necessidade de uma revisão e aprimoramento nos programas de formação. Moraes (2019) destaca que, embora os cursos de formação submetam os policiais a treinamentos intensivos e simulações, o treinamento, por mais eficaz que seja, nunca reproduzirá exatamente as complexidades das ocorrências reais.

Nada obstante, a pesquisa aponta para a importância de considerar as especificidades dos agentes químicos. Siloto (2021) destaca a relevância da habilitação plena e da capacitação

contínua dos militares estaduais para o uso desses instrumentos. A análise revela que, para promover uma compreensão mais homogênea e aprofundada sobre os agentes químicos, pode ser necessário reforçar a ênfase na capacitação teórica e prática durante o treinamento, alinhada à diversidade desses agentes.

No que tange à avaliação da eficácia do treinamento para o manuseio seguro e ético de agentes químicos evidencia uma diversidade de opiniões entre os policiais em formação. Nove participantes consideraram o treinamento eficaz, enquanto três o avaliaram como ineficaz. Por sua vez, oito participantes o classificaram como muito eficaz, e apenas um o julgou como muito ineficaz. Além disso, sete participantes se posicionaram de forma neutra em relação à eficácia do treinamento.

Gráfico 2: Eficácia do treinamento



Fonte: O Autor (2024).

Ao relacionar esses resultados com a revisão teórica, é possível perceber a relevância da formação adequada na configuração das atitudes e comportamentos dos policiais em situações de conflito (Santos; Correia, 2022). A variedade de respostas observada sugere que a percepção da eficácia do treinamento pode ser influenciada por diversos fatores, como a qualidade do programa de capacitação, a abordagem pedagógica adotada e a experiência prévia dos participantes.

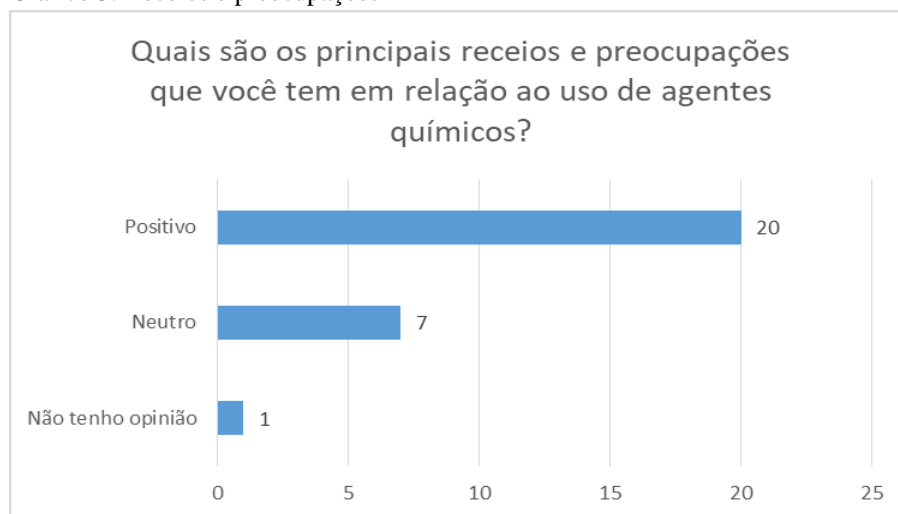
Os resultados positivos, onde nove participantes consideraram o treinamento eficaz, corroboram com a importância dada à formação e treinamento adequados nas práticas operacionais (Moraes, 2019). No entanto, a presença de participantes que o classificaram como ineficaz ou neutro aponta para áreas que podem necessitar de aprimoramento.

A análise dos resultados à luz da revisão teórica destaca que, embora os cursos de formação submetam os policiais a treinamentos intensivos e simulações, a eficácia desses programas pode ser comprometida pela complexidade das situações reais e por fatores individuais (Moraes, 2019).

A percepção de eficácia ou ineficácia do treinamento também está intrinsecamente ligada à doutrina de uso diferenciado da força (Siloto, 2021). Avaliações positivas podem refletir não apenas a qualidade do treinamento, mas também a compreensão e internalização dos princípios éticos e legais relacionados ao uso de agentes químicos.

A análise das respostas relativas aos receios e preocupações dos policiais em relação ao uso de agentes químicos revela uma tendência predominantemente positiva, com 20 participantes expressando uma visão positiva em relação a essa prática. Em contraste, sete participantes se posicionaram como neutros, e apenas um participante declarou não ter opinião sobre o assunto.

Gráfico 3: Receios e preocupações



Fonte: O Autor (2024).

Os resultados positivos sugerem que a maioria dos participantes não identifica, em princípio, receios ou preocupações significativas relacionadas ao uso de agentes químicos. Esse cenário pode estar alinhado à confiança na eficácia desses métodos e à percepção de que são ferramentas adequadas para a contenção de conflitos, como discutido por Siloto (2021) em relação à importância da habilitação do militar estadual em instrumentos de menor potencial ofensivo.

Ao considerar a revisão teórica, é relevante destacar que a literatura enfatiza a necessidade de os profissionais de segurança pública aderirem a princípios éticos e

procedimentos específicos que regulam sua atuação (Santos; Correia, 2022). A percepção positiva dos participantes pode indicar que, dentro do contexto de suas formações, eles internalizaram esses princípios e se sentem confiantes em relação ao uso ético dos agentes químicos. A presença de participantes neutros pode ser influenciada pela consciência das complexidades envolvidas no uso desses agentes, como discutido por Moraes (2019) ao destacar os dilemas éticos que os policiais enfrentam durante suas ações.

Quanto à percepção do impacto do uso de agentes químicos na relação entre as forças de segurança e a comunidade local, a maioria expressou uma visão positiva (20 participantes), enquanto sete foram neutros e um não manifestou opinião. Essa visão positiva pode estar relacionada à percepção de que o uso desses agentes é uma medida eficaz para manter a ordem pública, conforme discutido por Torres (2020) em relação ao uso de soluções lacrimogêneas durante a resistência passiva.

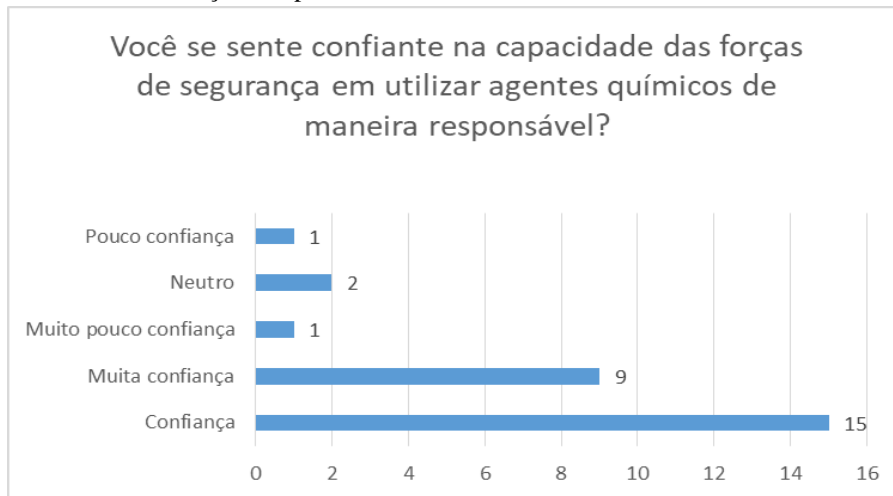
Ao examinar as respostas sobre as situações em que o uso de agentes químicos é considerado ético e legal, a maioria dos participantes (15) expressou confiança nesse recurso em situações de ameaça iminente à vida, enquanto nove responderam "Muita confiança". Essa inclinação sugere que os participantes percebem a aplicação de agentes químicos como justificada e necessária em cenários críticos que envolvem risco à vida, corroborando com a revisão teórica que destaca o papel desses instrumentos em situações de alto impacto, como o controle de distúrbios civis (Santos; Correia, 2022).

Contudo, duas respostas neutras e uma resposta indicando "Muito pouco confiança" ou "Pouco confiança" sugerem uma diversidade de perspectivas na amostra. Essa variação pode ser atribuída a diferentes interpretações éticas e legais sobre o uso de agentes químicos, evidenciando a complexidade e os dilemas éticos discutidos por Araujo (2019) no contexto do uso diferenciado da força.

A análise das respostas sobre a confiança na capacidade das forças de segurança em utilizar agentes químicos de maneira responsável revela uma predominância de confiança, com 15 participantes expressando confiança e nove manifestando "Muita confiança". Esses resultados estão alinhados com a literatura que destaca a importância da capacitação contínua e avaliações periódicas para assegurar o uso adequado desses instrumentos (Araujo, 2019).

A presença de respostas neutras e a indicação de "Muito pouco confiança" ou "Pouco confiança" destacam novamente a diversidade de opiniões dentro da amostra. Essas respostas podem refletir preocupações sobre o treinamento e a capacidade prática das forças de segurança em aplicar esses agentes de maneira responsável, reforçando a importância das discussões sobre regulamentação e treinamento abordadas na revisão teórica (Torres, 2020).

Gráfico 4: Confiança na capacidade

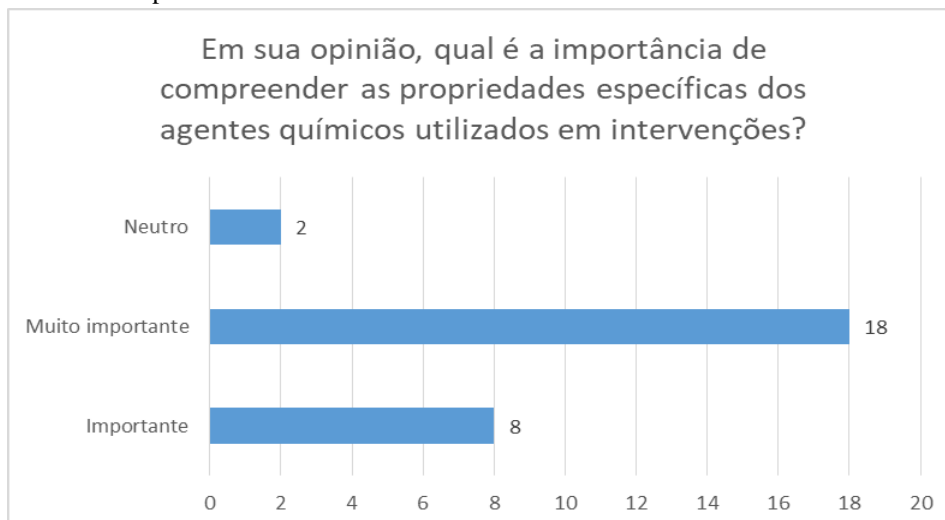


Fonte: O Autor (2024).

Esses resultados indicam uma confiança predominante na ética e legalidade do uso de agentes químicos em situações de ameaça iminente à vida, com uma maioria expressando confiança na capacidade das forças de segurança de utilizá-los de maneira responsável. Contudo, as respostas neutras e desconfiantes destacam a necessidade de uma abordagem cautelosa na implementação dessas práticas, levando em consideração as preocupações éticas e legais discutidas.

Ao explorar a percepção dos policiais sobre a importância de compreender as propriedades específicas dos agentes químicos utilizados em intervenções, os resultados revelam uma inclinação marcante para a categorização "Muito importante", com 18 participantes escolhendo essa opção, e oito optando por "Importante".

Gráfico 5: Importância do conhecimento



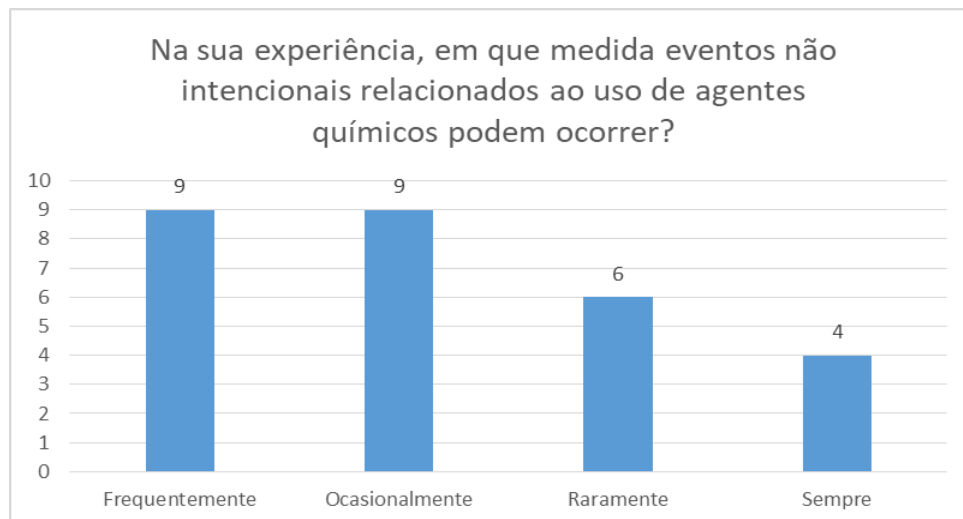
Fonte: O Autor (2024).

Essa forte ênfase na importância e relevância de compreender as propriedades específicas alinha-se com a revisão teórica que destaca a necessidade de treinamento especializado e capacitação contínua para garantir o uso responsável desses instrumentos (Araujo, 2019; Siloto, 2021).

A revisão teórica aponta que a compreensão das propriedades dos agentes químicos é essencial para o uso adequado, considerando a diversidade desses compostos, como gás lacrimogêneo e spray de pimenta (Amorim et al., 2015). O elevado número de participantes que consideram essa compreensão "Muito importante" sugere uma consciência crescente entre os policiais sobre a complexidade desses instrumentos e a necessidade de conhecimento aprofundado. As respostas neutras podem indicar uma falta de consenso ou talvez uma falta de conhecimento aprofundado sobre a importância dessa compreensão. (Torres, 2020).

A análise dos resultados sobre a percepção dos policiais em relação à ocorrência de eventos não intencionais relacionados ao uso de agentes químicos revela uma distribuição relativamente equitativa entre as opções "Frequentemente", "Ocasionalmente", "Raramente" e "Sempre". Essa diversidade de respostas destaca a complexidade e a variabilidade das situações em que esses eventos podem ocorrer.

Gráfico 6: Eventos não intencionais



Fonte: O Autor (2024).

A revisão teórica discute a importância de considerar efeitos colaterais não intencionais ao utilizar agentes químicos, enfatizando que o mau uso ou a falta de treinamento adequado pode resultar em lesões ou danos permanentes (Araujo, 2019; Moraes, 2019). Os

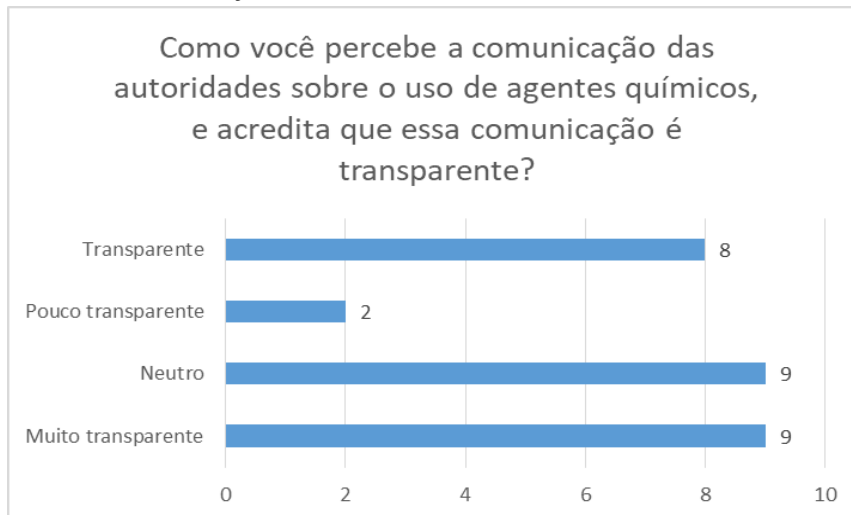
resultados refletem essa complexidade, indicando que, de acordo com a percepção dos policiais, eventos não intencionais podem ocorrer em diferentes graus de frequência.

O grupo que respondeu "Frequentemente" pode estar indicando uma maior conscientização sobre os riscos associados ao uso desses agentes, ressaltando a importância de medidas preventivas e treinamento contínuo. Por outro lado, aqueles que escolheram "Raramente" ou "Sempre" podem refletir perspectivas que variam com base em suas experiências pessoais e em diferentes contextos operacionais.

Essa diversidade de respostas sublinha a necessidade de uma abordagem personalizada nos programas de treinamento, considerando as nuances e desafios específicos enfrentados pelos policiais em diferentes situações. Além disso, reforça a importância de regulamentações claras e treinamento contínuo para mitigar eventos não intencionais e promover o uso ético e seguro desses agentes (Torres, 2020; Siloto, 2021).

Os resultados revelam uma distribuição variada de respostas sobre a percepção da transparência na comunicação das autoridades sobre o uso de agentes químicos. A diversidade de opiniões, expressas nas categorias "Muito transparente", "Neutro", "Pouco transparente" e "Transparente", destaca a complexidade do desafio de comunicar efetivamente as ações relacionadas ao uso desses agentes.

Gráfico 7: Comunicação



Fonte: O Autor (2024).

A revisão teórica discutiu a importância da transparência na comunicação das ações das forças de segurança, especialmente em situações envolvendo o uso de agentes químicos. A confiança da comunidade nas autoridades é fundamental para o sucesso de suas operações,

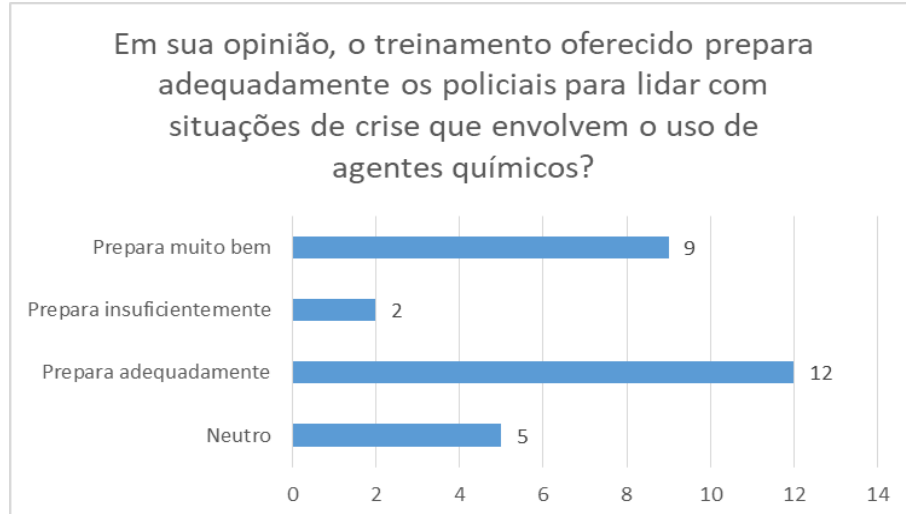
e a transparência na comunicação contribui para a construção e manutenção dessa confiança (Torres, 2020; Santos; Correia, 2022).

Os participantes que percebem a comunicação como "Muito transparente" podem indicar uma abordagem eficaz por parte das autoridades em fornecer informações claras e acessíveis à comunidade. Por outro lado, aqueles que a consideram "Pouco transparente" podem expressar preocupações sobre a falta de divulgação adequada ou compreensão insuficiente das ações policiais.

A categoria "Neutro" sugere uma posição intermediária, indicando que alguns respondentes podem não ter uma opinião clara ou podem reconhecer que a transparência varia em diferentes situações.

A avaliação do treinamento oferecido revela uma distribuição variada de respostas, abrangendo categorias como "Neutro", "Prepara adequadamente", "Prepara insuficientemente" e "Prepara muito bem". Essa diversidade de opiniões destaca a complexidade associada à eficácia do treinamento policial no manuseio de agentes químicos em situações de crise.

Gráfico 7: Eficácia do treinamento



Fonte: O Autor (2024).

A revisão teórica enfatizou a importância do treinamento eficaz na utilização de instrumentos de menor potencial ofensivo, destacando que, mesmo com treinamentos intensivos, a complexidade das situações reais pode apresentar desafios únicos (Araujo, 2019; Moraes, 2019).

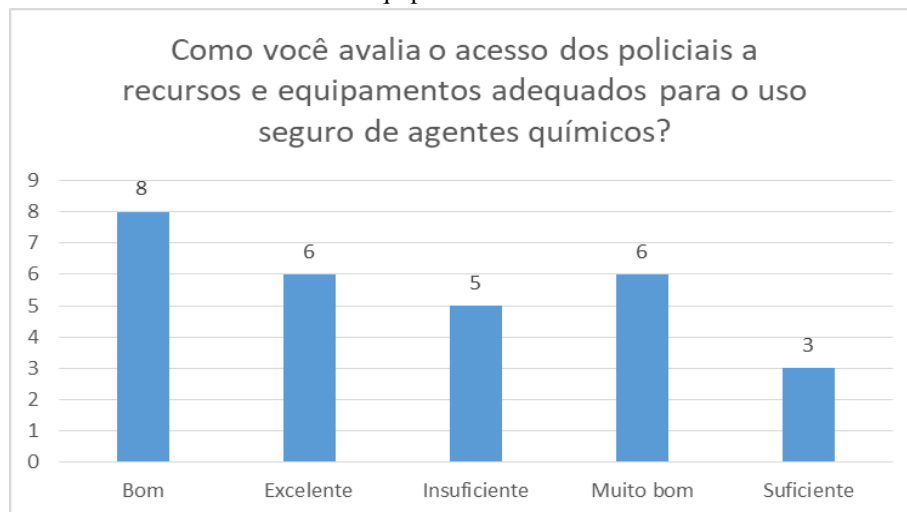
Os participantes que expressaram que o treinamento "Prepara adequadamente" ou "Prepara muito bem" podem perceber a eficácia do treinamento em fornecer as habilidades

necessárias para lidar com situações de crise. Isso sugere uma confiança razoável na preparação dos policiais, alinhando-se com a importância destacada na revisão teórica sobre a especialização e capacitação técnica dos agentes de segurança (Torres, 2020; Santos; Correia, 2022).

A categoria "Neutro" pode indicar uma posição equilibrada ou uma falta de clareza por parte dos respondentes sobre a adequação do treinamento. Já aqueles que afirmam que o treinamento “Prepara insuficientemente” pode apontar para possíveis lacunas na preparação dos policiais.

A avaliação do acesso dos policiais a recursos e equipamentos para o uso seguro de agentes químicos revela uma distribuição diversificada de respostas, incluindo categorias como "Bom", "Excelente", "Insuficiente", "Muito bom" e "Suficiente". Essa variedade de percepções destaca a importância da disponibilidade adequada de recursos e equipamentos para garantir a segurança durante a utilização desses agentes.

Gráfico 8: Acesso aos recursos e equipamentos



Fonte: O Autor (2024).

A revisão teórica ressalta a necessidade de equipamentos apropriados e destaca que o mau uso, mesmo de instrumentos classificados como "não-letais", pode resultar em danos significativos (Moraes, 2019). A disponibilidade insuficiente de recursos pode comprometer a eficácia e segurança da intervenção policial.

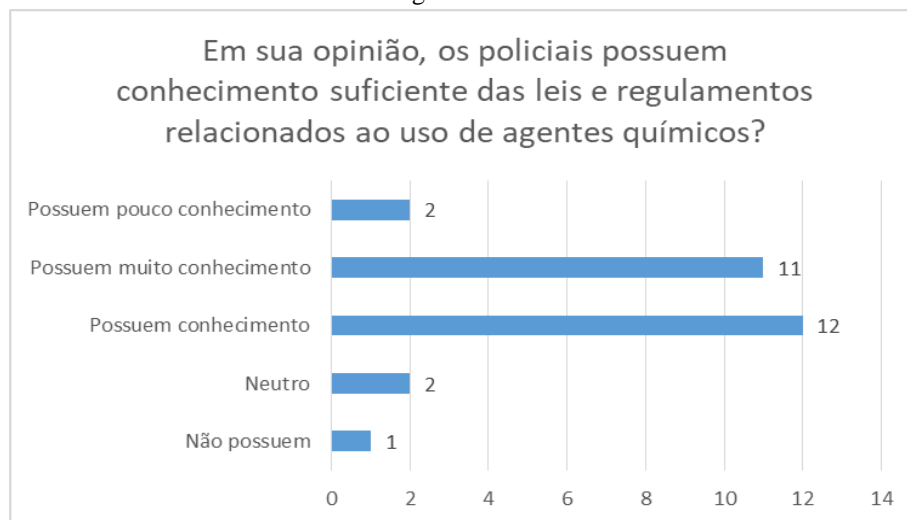
Aqueles que avaliam o acesso como "Bom", "Excelente" ou "Muito bom" podem perceber que há investimentos e esforços suficientes para garantir que os policiais tenham à disposição os recursos necessários. Essa perspectiva está alinhada com a revisão teórica que

destaca a importância de regulamentações claras e abrangentes para garantir o uso ético e proporcional desses recursos (Torres, 2020).

Por outro lado, as respostas que indicam "Insuficiente" ou "Suficiente" podem sugerir preocupações sobre a adequação dos recursos disponíveis. Isso pode impactar diretamente na eficácia das operações e na segurança dos policiais e da comunidade, enfatizando a necessidade de revisão e melhoria contínua.

A avaliação sobre o conhecimento dos policiais acerca das leis e regulamentos relacionados ao uso de agentes químicos revela uma distribuição diversificada de respostas. Categorias como "Não possuem", "Neutro", "Possuem conhecimento", "Possuem muito conhecimento" e "Possuem pouco conhecimento" indicam diferentes perspectivas sobre a familiaridade dos policiais com as normativas que regem o uso desses recursos.

Gráfico 9: Conhecimento das leis e regulamentos



Fonte: O Autor (2024).

A revisão teórica destaca a crescente exigência de que as ações policiais estejam alinhadas aos princípios legais e doutrinas específicas, evidenciando a importância do conhecimento legal para os profissionais de segurança (Torres, 2020). A legislação, como a Lei nº 13.060/2014, estabelece parâmetros para o uso de instrumentos de menor potencial ofensivo, e o conhecimento adequado dessas normas é essencial para uma atuação em conformidade (Brasil, 2014).

As respostas indicando "Possuem conhecimento" e "Possuem muito conhecimento" podem sugerir que os policiais entrevistados se sentem adequadamente informados sobre as leis e regulamentos relacionados ao uso de agentes químicos. Isso pode ser resultado de

esforços de treinamento e educação continuada, aspectos enfatizados na revisão teórica (Moraes, 2019).

No entanto, a presença de respostas como "Não possuem" ou "Possuem pouco conhecimento" aponta para possíveis lacunas na formação ou na comunicação dessas normas. A revisão teórica ressalta a importância de manuais técnicos, procedimentos operacionais padrão e diretrizes para orientar a atuação policial (Moraes, 2019).

4.2 Discussão

A análise dos dados contribuiu para uma compreensão mais profunda do contexto em que os policiais atuam com agentes químicos e das percepções e conhecimentos que possuem sobre esses instrumentos.

O primeiro objetivo da pesquisa era avaliar o conhecimento dos policiais sobre os diferentes tipos de agentes químicos utilizados na contenção de conflitos. A distribuição das respostas indicando níveis variados de conhecimento, desde "Muito alto" até "Muito baixo", sugere uma diversidade de compreensão entre os participantes. Essa variabilidade pode ser interpretada considerando a complexidade e a diversidade desses agentes, como destacado na revisão teórica (Amorim et al., 2015).

O segundo objetivo estava relacionado à avaliação da eficácia do treinamento recebido pelos policiais para o manuseio seguro e ético de agentes químicos. A presença de respostas indicando desde "Eficaz" até "Muito ineficaz" sugere uma percepção heterogênea sobre a qualidade do treinamento recebido. Esse resultado está alinhado com a discussão teórica que destaca a complexidade das situações reais em comparação com simulações durante o treinamento (Moraes, 2019).

O terceiro objetivo visava compreender os receios e preocupações dos policiais em relação ao uso de agentes químicos. A predominância de respostas indicando "Positivo" na percepção do impacto do uso desses agentes na relação entre as forças de segurança e a comunidade local sugere uma visão mais otimista. No entanto, a presença de categorias como "Neutro" e "Não tenho opinião" indica que ainda existem nuances a serem exploradas, considerando a preocupação com lesões, efeitos colaterais e repercussões legais conforme discutido na revisão teórica (Araujo, 2019).

O quarto objetivo buscava compreender em quais situações os policiais consideram ético e legal o uso de agentes químicos. A confiança expressa nas respostas, com predominância de "Confiança" e "Muita confiança", sugere que, globalmente, os participantes

acreditam na capacidade das forças de segurança em utilizar esses agentes de maneira responsável. Essa confiança pode ser influenciada por diretrizes claras e regulamentações bem definidas, conforme discutido na revisão teórica (Torres, 2020).

Por fim, os resultados também destacam a importância atribuída pelos policiais ao conhecimento das propriedades específicas dos agentes químicos e à comunicação transparente das autoridades sobre seu uso. Esses aspectos refletem a relevância da capacitação contínua e de uma comunicação eficaz na gestão dessas tecnologias, conforme discutido na revisão teórica (Araujo, 2019; Siloto, 2021).

Dessa forma, os resultados proporcionam uma visão abrangente das percepções e conhecimentos dos policiais sobre o uso de agentes químicos. A discussão destaca a complexidade e a diversidade dessas percepções, enfatizando a necessidade contínua de treinamento, comunicação transparente e regulamentação clara para garantir uma atuação ética, legal e eficaz no contexto da segurança pública.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa realizada proporcionou uma visão abrangente das percepções, conhecimentos e preocupações dos policiais em formação sobre o uso de agentes químicos na contenção de conflitos. Por meio da análise dos resultados obtidos, foi possível alcançar uma compreensão mais profunda das opiniões, conhecimentos e preocupações desses profissionais em relação a esse tema tão importante para a segurança pública.

Os resultados revelaram uma variação significativa no nível de conhecimento dos policiais em formação sobre os diferentes tipos de agentes químicos utilizados na contenção de conflitos, destacando a necessidade de revisão e aprimoramento nos programas de formação. Além disso, a diversidade de opiniões em relação à eficácia do treinamento recebido indica áreas que podem necessitar de melhorias e ajustes para garantir uma preparação adequada para lidar com situações reais.

A análise das respostas dos participantes sobre seus receios e preocupações em relação ao uso de agentes químicos revelou uma tendência predominantemente positiva, sugerindo confiança na eficácia desses métodos como ferramentas adequadas para a contenção de conflitos. No entanto, a presença de respostas neutras indica a consciência das complexidades envolvidas no uso desses agentes e a necessidade de abordagens cautelosas.

A avaliação das situações em que os policiais consideram ético e legal o uso de agentes químicos mostrou uma inclinação para a confiança, especialmente em cenários

críticos que envolvem risco à vida. Isso ressalta a importância da formação adequada e do alinhamento das ações policiais aos princípios éticos e legais.

A pesquisa também destacou a importância atribuída pelos participantes ao conhecimento das propriedades específicas dos agentes químicos e à comunicação transparente das autoridades sobre seu uso. Esses aspectos refletem a necessidade contínua de treinamento especializado, comunicação eficaz e regulamentação clara para garantir uma atuação ética, legal e eficaz no contexto da segurança pública.

Conforme essas conclusões, este estudo reforçam a importância de abordagens integradas e holísticas para garantir o uso responsável e seguro de agentes químicos por parte das forças de segurança. Espera-se que os resultados desta pesquisa informem políticas, programas de treinamento e práticas operacionais voltadas para a promoção da segurança pública e o respeito aos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Dayane M. et al. Química e Armas Não Letais: Gás Lacrimogêneo em Foco. **Química Nova na Escola**, v. 37, n. 2, p. 88-92, 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014**. Disciplina o uso de instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional. In: Diário Oficial da União, Brasília, v. 151, n. 248, p. 3, 23 dez. 2014. Seção 1.

ARAÚJO, Jardel Cléber de. **Aspectos jurídicos do uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública**. Caicó, RN: 2019. 41f. Monografia (Bacharelado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ensino Superior do Seridó.

MORAES, Eliakim de Sousa. **Uso diferenciado da força: a importância dos instrumentos de menor potencial ofensivo na segurança pública**. 56 f. Monografia (Graduação) - Direito, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2019.

SANTOS, Ailton Luiz dos Santos Ailton; CORREIA, Madson dos Santos. Necessidade Do Uso De Armas Menos Letais Pela Polícia Militar Do Amazonas (PMAM). **Nova Hileia| Revista Eletrônica de Direito Ambiental da Amazônia**. ISSN: 2525– 4537, v. 9, n. 2, 2022.

SILOTO, Paulo Renato Aparecido. A importância da habilitação do militar estadual da PMPR em instrumento de menor potencial ofensivo (IMPO)– munição de impacto controlado (MIC) para a atuação policial militar. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 10, p. 96017-96031, 2021.

TORRES, Felipe Oppenheimer. A utilização de espargidores de solução lacrimogênea durante a resistência passiva. **REVISTA BRASILEIRA MILITAR DE CIÊNCIAS**, v. 6, n. 15, 2020.